

## **ATA Nº25: Grupo de Trabalho sobre Pesca de Pelágicos**

Quarta-feira, 29 de setembro de 2021

15h30 – 17h30 (hora local do Açores) Duração: 2 horas

Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira (formato híbrido),

Rua Serpa Pinto, nº 62,

Portugal

### **Introdução. Natureza da reunião**

O Grupo de Trabalho sobre Pesca de Pelágicos, reuniu-se em sessão fechada e formato híbrido, através da plataforma *Zoom* com interpretação simultânea em português, francês e espanhol, cujo objetivo consta na agenda (*em anexo*), às treze horas e trinta minutos no dia trinta de setembro de dois mil e vinte e um.

A Secretária-Geral do CCRUP agradeceu a colaboração de todos ao longo das reuniões. Informou que a intervenção de cada pessoa em presença deve ser precedida de identificação do seu nome e da organização que representava. Considerando o cumprimento do plano de contingência sanitário COVID-19 e, estando os presentes em espaço relativamente fechado, deveriam sempre manter a máscara a cobrir a boca e o nariz e desinfetar as mãos com álcool gel à entrada. No final da reunião, devia ser deixada na mesa o equipamento de interpretação e devia ser levado por cada participante os auriculares (pessoais e intransmissíveis). A ata da anterior reunião deste grupo de trabalho, foi aprovada de forma consensual, por escrito, no dia vinte de setembro de dois mil e vinte e um.

O Sr. Gualberto Rita (*Federação das Pescas dos Açores* e Presidente do presente grupo de trabalho) deu as boas-vindas a todos e agradeceu a presença de todos os participantes no local e online. Agradeceu, igualmente o trabalho desenvolvido pelo secretariado, nomeadamente o da Secretária Geral e a Assistente Administrativa e Financeira, referindo ser um trabalho bastante significativo e que honra em muito o CCRUP, nesta primeira reunião presencial. De seguida informou que, tanto ele como a Sra. Yaiza Londoño (*International Pole & Line Foundation* e vice presidente do presente grupo de trabalho), entendiam existir assuntos mais prioritários do que aqueles que constavam na agenda e sugeriu aos membros, presentes e online que alterasse a agenda para os seguintes assuntos:

- análise dos últimos assuntos discutidos nas reuniões da Comissão Internacional da Conservação do Atum do Atlântico (ICCAT), bem como definir os próximos passos para as reuniões que decorrerão com este organismo até ao final do ano;
- resposta da Comissão Europeia sobre a recomendação nº 11 - Dispositivos derivantes de agregação de peixe (dFADs) no âmbito da conservação e gestão dos atuns do Atlântico;
- Propostas para o plano de trabalho do ano 2021/2022, referente ao grupo de trabalho dos pelágicos;
- Debate sobre as capturas acessórias de tubarões de profundidade;
- Outros assuntos.

Não houve oposições há alteração da agenda.

### **1. Reuniões anuais do ICCAT**

O Sr. Gualberto Rita, a palavra à Sra. Yaiza Lodoño sobre os assuntos debatidos nas últimas reuniões do ICCAT.

A Sra. Yaiza Lodoño comentou que gostaria que o representante da Comissão Europeia, presente na reunião, fizesse um ponto de situação sobre o estado das negociações no âmbito das últimas reuniões do ICCAT. Informou que decorreram reuniões do Conselho Consultivo de Longa Distância (LDAC) relativamente ao ICCAT, no entanto, as posições ainda não estão bem definidas e, conseqüentemente, longe de haver consenso.

A Sra. Yaiza Lodoño informou os presentes da existência de uma reunião no dia sete de outubro, com a DGMARE e com a equipa do ICCAT, e com poucas vagas para participantes. Há muitos interessados, de vários Conselhos Consultivos. São dez participantes por cada Conselho Consultivo, e o CCRUP ainda tem quatro vagas. Questionou se algum dos presentes participou na reunião do painel 1, do ICCAT: a segunda reunião interseccional que decorreu de um (1) a três (3) de setembro e cujo ponto principal da agenda foi os Atuns tropicais, a repartição dos limites de captura, das quotas, e dos novos TAC. Comentou que os últimos conselhos científicos ainda não foram publicados, mas que talvez a Comissão Europeia já tivesse novas informações. O TAC de algumas espécies de tunídeos poderia aumentar e, por conseguinte, haver mais

flexibilidade para as regiões ultraperiféricas. Um ponto principal durante as discussões foi a resolução 15/13 do ICCAT. É uma resolução que trata dos critérios de repartição de quotas, cujos critérios não foram suficientemente considerados no passado, defendendo os interesses das grandes indústrias, as frotas asiáticas e também a frota europeia. Esses critérios, são critérios importantes uma vez que têm o reconhecimento de frotas artesanais o pode ser interessante para perceber como se pode avançar com esses temas. Até ao momento, foi alcançado pouco consenso sobre os atuns tropicais e haverá uma reunião anual de 15 a 22 de novembro sobre este tema, cujo modelo será apresentado numa proposta que será partilhada por email.

A Sra. Yaiza Londoño questionou o Sr. Jonathan Shrikes (Comissão Europeia) sobre a possibilidade de fazer um resumo das últimas negociações, no ICCAT.

O Sr. Jonathan Shrikes cumprimentou os participantes e informou que não tinha informações adicionais e que as negociações estavam em curso. Disponibilizou-se para pedir a outros colegas que transmitam, por email, um resumo quando as informações estiverem disponíveis.

A Sra. Yaiza Londoño referiu saber que há poucos dias, o Delegado Principal da Comissão Europeia fez uma apresentação no LDAC, sobre uma negociação que ainda não está concluída, mas disse acreditar que algo já pode ser debatido para ajudar construir a posição da União Europeia. Concordou com o envio do email. Referiu que o CCRUP é uma organização recente, mas com muito interesse em ter consultas mais diretas no futuro e que, por outro lado, têm dialogado com a comissão europeia, nomeadamente com a Coordenadora dos Conselhos Consultivos. Seria, no futuro o LDAC e o CCRUP recebessem, conjuntamente, as últimas informações sobre o ICCAT e tudo o que diga respeito ao ICCAT, uma vez que são todos partes interessadas. Seria lógico, para a Comissão Europeia (CE) fazer apenas uma apresentação e envolver mais este Conselho Consultivo. A Sra. Yaiza Londoño questionou o Sr. Jonathan Shrikes se seria possível, no futuro, no receberem as informações mais recentes sobre o ICCAT e estar mais preparados para as futuras reuniões com o ICCAT.

Sr. Jonathan Shrikes salientou que a CE dá sempre apoio para que haja coordenação entre os diferentes Conselhos Consultivos. Deu o exemplo do facto do Conselho Consultivo do Mar do Norte e do Conselho Consultivo das Águas do Noroeste

realizam frequentemente recomendações conjuntas sobre temas de interesse comum. O CCRUP é quem deverá decidir se pretende este tipo de colaborações conjuntas. Apresenta, uma vez mais, as suas desculpas e acrescenta que poderá reencaminhar a pergunta para a equipa responsável, dentro do ICCAT.

O Sr. Gualberto Rita agradeceu a participação do Sr. Jonathan Shrides.

O Sr. Gonçalo Carvalho, saudou todos os presentes e agradeceu a organização da reunião, em particular ao secretariado. Refere que em assuntos comuns, normalmente há um diálogo bastante frequente entre Conselhos Consultivos e que acredita seria possível fazer isso com o LDAC, sobre as reuniões do ICCAT. Pareceu-lhe claro que, da parte da comissão, aceitam o que se decidir e que o próximo passo é coordenar com o LDAC.

O Sr. Gualberto Rita agradeceu a intervenção do Sr. Gonçalo Carvalho e referiu ter tido a oportunidade de trocar algumas impressões, com a Sra Beatrice Gorez (LDAC) sobre esta parceria.

O Sr. Ricardo Rodriguez (*Canarias Tuna Export*) comentou que a CE realmente tem um longo caminho a percorrer, para que as pescas de pequena escala e artesanais tenham maior acesso, maior visibilidade, maior importância e para que o texto do Artigo 19 do regulamento seja aplicável e para que efetivamente a pesca de pequena escala que se desenvolve nas RUPs, tenha uma diferenciação positiva.

O Sr. Gualberto Rita perguntou aos presentes se queriam colocar alguma questão. Reforçou que há muitos anos que fazem chegar, nas reuniões no ICCAT, estas preocupações da grande necessidade de discriminação positiva na aplicação de quotas para as RUPs. São ouvidos, mas as respostas nem sempre são as que mais desejariam. Nos Açores, a aplicação de quotas dos atuns tropicais deveria ser independente da de Portugal.

O Sr. David Pavón (*Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias*) salientou que o Estado-Membro é quem gere as quotas das RUPs. A Comissão Europeia deveria proteger mais as RUPs e determinar que as pescarias de pequena escala e artesanais não fiquem em perigo de extinção, por causa da distribuição de quotas privilegiando as as pescas industriais. O ICCAT deve fazer a atribuição direta para garantir a sobrevivência deste tipo de pesca.

O Sr. Gualberto Rita questionou o Sr. Gonçalo Carvalho se poderiam contar com a colaboração das ONG's para redigir uma recomendação sobre o tema.

O Sr. Gonçalo Carvalho concordou e informou que a Sciaena, várias vezes, afirmou que deviam existir critérios diferentes para determinar a repartição de quotas, que tenham em consideração as questões ambientais, mas também sociais e económicas. O Artigo 17 da Política de Pescas Comum poderia ser utilizado como argumento para tal. A preocupação principal seria o facto de as capturas totais não excederem os limites recomendados pela ciência.

O Sr. Francisco Hernández (*IslaTuna*) salientou que os pescadores artesanais são considerados culpados pela sobrepesca, mas esta não é a realidade.

O Sr. David Pavón referiu que nunca se falou em ter recomendar um montante acima do total de captura admissível (TAC), mas sim que, a divisão deverá ser feita tendo em consideração as artes de pesca e o tipo de pesca que se pratica.

O Sr. Gualberto concordou e comentou que os processos, em instituições como o ICCAT, são normalmente morosos. Apelou à persistência e à resiliência de todos para poderem fazer valer os seus direitos.

A Sra. Yaiza Londoño esclareceu que o Artigo 17, do Regulamento 1380/2013, da Política de Pescas Comum, tem sido utilizado como argumento pela União Europeia no sentido de se desresponsabilizarem, uma vez que é da responsabilidade do estado-membro, mas e não é justo para as pescarias que se praticam nas RUPs. O Artigo 17 tem sido implementado nas Canárias, mas grande parte da quota é alocada aos navios cercadores que utilizam FAD's. Pediu à Comissão Europeia uma melhor proporção de quota para as pescarias de pequena escala porque, por enquanto, isso não acontece. Existem, igualmente, outros acordos internacionais, nos quais as pescas de pequena escala que utilizam artes seletivas devem ser protegidas, como na ONU.

O Sr. Gonçalo Carvalho interveio para deixar três notas:

- Todos os presentes têm consciência das pescarias nas RUP's e do seu impacto é muito limitado, comparando com outras frotas, sobretudo para a pesca de espécies altamente migradoras como os atuns. A Sciaena participa neste Conselho Consultivo porque conhece bem as realidades de algumas RUPs. Estes territórios dependem dos seus ecossistemas marinhos saudáveis e não têm grandes atividades alternativas. Por outro

lado, há grande prevalência de artes que têm uma maior sustentabilidade ambiental, social e económica.

- Estes processos em que os Conselhos Consultivos tentam contribuir são complexos e extremamente morosos. Precisam de ter paciência e perceber como as coisas podem mudar. Lembrou que outros Conselhos Consultivos têm posições que podem ser consideradas opostas. A Comissão Europeia vai ter de considerar todas e uma tomar decisão. A Sciaena está presente para arranjar soluções e dar um contributo positivo para que, daqui a alguns anos, se sintam as mudanças e que a opinião do CCRUP seja tida em consideração.

- No que se refere ao Artigo 17, afirmou que este artigo deveria ser obrigatório. A Comissão Europeia devia obrigar os estados-membros a usar outros critérios para alocar as quotas de pesca. No futuro, aquando do processo de aplicação e revisão da Política de Pescas Comum, poderá existir uma oportunidade em que se possa afirmar a sua aplicação obrigatória, nas RUPs. Terminou referindo que já foram emitidos alguns pareceres neste sentido.

O Sr. Gualberto Rita referiu que seria importante um estudo consolidado da importância ambiental, social e económica da pesca do atum nas RUPs, para suportar a recomendação. Aproveitando a presença do Sr. Pedro Galache (*European Fishery Control Agency - EFCA*) perguntou como era efetuado o controlo das pescarias nas RUPs francesas.

O Sr. Pedro Galache informou que a EFCA trabalha no âmbito do controlo e não na gestão de critérios ou distribuição de quotas. Esclareceu que a agência trabalha a partir dos planos conjuntos de implementação (JDPs) e que o único plano para os pelágicos nas RUPs, é sobre o atum rabilo (*Thunnus thynnus*) no mediterrâneo e no atlântico: Açores, Madeira e Canárias. Os planos conjuntos de implementação são elaborados com base em análises de risco, em colaboração com estados-membros. Há mais foco de controlo no mar mediterrâneo. No Açores, em colaboração com Portugal, apoiam o controlo da pesca acessória para o atum rabilo e já obtiveram alguns resultados. Não há planos conjuntos de implementação para as restantes espécies altamente migratórias, do atlântico ou índico. Para tal, seria necessário a Comissão Europeia aprovar um programa de controlo para as

espécies dessas RUPs e, posteriormente, a EFCA colaborar com os Estados-Membros nesse âmbito.

O Sr. Ricardo Rodriguez, mencionou a importância de a União Europeia ter a certeza que os estados-membros cumprem com os seus objetivos. Atualmente existe uma ordem que regulamenta a repartição das quotas em Espanha e 1% da quota é alocada para a frota de pesca artesanal e costeira. Afirmou ter consciência da existência de prazos, mas existem situações urgentes, e o setor da pesca de pequena escala precisa garantir a sua sobrevivência nos próximos anos.

O Sr. David Pavón comentou que é importante reforçar estas ideias com um pedido de auxílio urgente. Uma quota para as Regiões Ultraperiféricas para além da atribuída pelo ICCAT, para resgatar as embarcações que se dedicam à pesca de atum. Muitas embarcações estão a ser vendidas, por não conseguirem pescar o suficiente. A Comissão Europeia deve ser intermediária no ICCAT, para que estes tipos de pescarias não desapareçam. Questionou o Sr. Pedro Galache sobre o controlo efetuado pela EFCA, na área do Golfo da Guiné - onde os atuns tropicais têm quotas – e o controlo dos dFADs.

O Sr. Pedro Galache informou que cumprindo com as regras de comércio internacional, mas é necessário adotar um programa internacional de inspeção. Um programa de controlo para pescas de espécies tropicais, seria a base para fazer o acompanhamento nas várias frotas que operam em águas internacionais.

A Sra. Yaiza Londoño referiu que seria importante haver um programa internacional de observadores. Questionou o Sr Pedro Galanche sobre como era feito o controlo dos dFADs, pois afirmou que não existe transparência na sua utilização, uma vez que não se sabe quantos são, quem os utiliza e se cumprem os regulamentos atuais em vigor.

Em resposta o Sr. Pedro Galache afirmou que o EFCA não tem essa incumbência. São uma agência pequena sem capacidade para atuarem em todas as vertentes.

O Sr. Brendan Leclerc (*CRPMEM Guyane*) lamentou o facto de não ter sido possível assistir presencialmente. Referiu que na Guyana Francesa, foi feito um pedido por operadores guianeses, para realizar uma pesca experimental, com navios venezuelanos; mas, de momento, não têm autorização das autoridades. Esta pesca

permitiria a pesca de recursos que não são explorados pelos guyaneses (espécies pelágicas).

A Secretária-Geral afirmou que o CCRUP enviou, tanto aos Estados-Membros como à Comissão Europeia, no final de maio de 2021, um pedido de mandato para que a Agência Europeia de Controlo das Pescas pudesse controlar ou colaborar no controlo das pescas de todas as RUPs. Disponibilizou-se a fazer um reforço do pedido.

O Sr. Pedro Galache comentou que a Comissão Europeia, inclusive, já respondeu ao pedido enviado pelo CCRUP. No entanto, se consideram existir situações em que é necessário reforçar o controlo das pescarias e vão continuar em comunicação com a Comissão Europeia. Relembra que a Diretora da EFCA referiu na reunião da Assembleia Geral do dia anterior, estarem disponíveis para colaborar, desde que tenham os mandatos adequados e recursos para o efeito.

O Sr. Gonçalo Carvalho sugeriu que fosse elaborado novamente um pedido de mandato, mas mais específico, referindo quais os tipos de pescarias, por exemplo. Agradecendo os esclarecimentos do Sr. Pedro Galanche. Solicitou esclarecimentos ao Sr. Brenden Leclerc sobre a pesca experimental a que se referiu.

O Sr. Brendan Leclerc afirmou que o que solicitaram foi a possibilidade de fazer uma pesca experimental (com vara e linha), com um ou dois navios, durante um ou dois anos, por desconhecerem a realidade da Guyana Francesa relativamente a espécies, quantidades, sazonalidade, etc. Referiu ser necessário explorar estes recursos costeiros (atum e pargo) que são exploradas por outros navios estrangeiros.

A Sra. Naila Louison (*Chambre de l'Agriculture, de la Pêche et de l'Aquaculture de Mayotte*) comentou que a pesca local de Mayotte é de pequena escala, com barcos abaixo dos 7 metros, com zonas de pesca muitas vezes pequenas. Os cercadores pescam na zona económica exclusiva e não respeitam as devidas distâncias, estipuladas pela legislação. É necessário haver mais controlo na zona económica exclusiva para quês esta seja protegida e que se garanta que os limites de distância são respeitados. Lamentou que a EFCA não tenha um mandato para intervir.

O Sr. Pedro Galache confirmou que não estão ativos no oceano indico e, por enquanto, não têm mandato.

O Sr. João Delgado (Mútua dos Pescadores, CRL) comentou que os organismos de decisão não podem ser insensíveis ao estado atual das comunidades. Cada posto de trabalho criado na pesca, gera uma série de outros postos de trabalho. A descapitalização de quem depende do sector, torna inativa uma economia regional. Estes argumentos podem ser utilizados para que o reforço das possibilidades de captura deste tipo de pescas de pequena escala. No caso português, do ponto de vista geral, existem cerca de 90% de embarcações abaixo dos 12 metros, pesca sustentável e que tem de ser defendida em todos os aspetos, incluindo os aspetos culturais. Por outro lado, grupos desta natureza não se deveriam limitar a enviar recomendações, mas equacionar outras formas de pressão na sociedade civil, governos regionais, partidos políticos com assento no Parlamento Europeu.

A Secretária-Geral lembrou que este Conselho Consultivo, como todos os outros, está apenas autorizado a recomendar a Comissão Europeia e estados-membros.

O Sr. Gonçalo Carvalho interveio para agradecer e reforçar ser essa a missão direta dos Conselhos Consultivos. Propôs a criação de um grupo de trabalho para apurar como interagir com outras instituições, sem incumprir com o regulamento dos Conselhos Consultivos e manifestou a sua disponibilidade para cooperar nessa discussão.

O Sr. Gualberto Rita concordou com a proposta da criação de um grupo de foco mais informal. Concluiu que o grupo irá trabalhar na recomendação e o secretariado continuará o diálogo com a Comissão Europeia em relação ao controlo das pescarias nas zonas ultraperiféricas e os membros serão informados do ponto de situação.

A Sra. Yaiza Lodono referiu que a resposta da CE à recomendação nº 11 sobre dispositivos derivantes de agregação de peixe (dFADs) no âmbito da conservação e gestão dos atuns do Atlântico, foi positiva. Referiu que a CE agradeceu as propostas e mencionou que existem alguns temas com os quais querem avançar, por exemplo, o do registo dos dFADs. Este é um primeiro passo para haver mais transparência relativamente às grandes embarcações. No entanto, por enquanto, não avançam na questão da gestão dos dFADs por não pretenderem que seja o tema principal relativamente ao assunto dos tunídeos tropicais, pois em 2019, adotaram recomendações para a região do atlântico em que conseguiram parar o uso de dFADs durante 2 meses, depois 3 meses e, este ano, pararam a pesca com dFADs durante 3 meses. Agora a

Comissão Europeia quer primeiro analisar as consequências desse encerramento. Embora considerem ser um assunto importante não o consideram urgente. Por outro lado, afirmam que os dFADs não são o único problema. Outro problema, é a não existência de TACs para todos os países. Estes também terão de colaborar na gestão dos stocks. Referiu ainda que gostaria de ter obtido uma resposta da CE, à recomendação nº19.

O Sr. David Pavón referiu que era lamentável este assunto não ser uma prioridade. Terminou concordando que aquilo que não pode ser controlado, deve ser parado.

O Sr. Gualberto Rita informou que a presidência do Grupo de pelágicos iria construir uma proposta de plano trabalho para o próximo ano e enviaria aos membros para que se pronunciassem, via email. A Proposta foi aceite por unanimidade.

A Secretária-Geral informou que os planos de trabalho dos Grupos de Trabalho deveriam ser enviados até ao dia quinze de outubro de dois mil e vinte e um e, questionou da possibilidade do envio do rascunho da presidência até esta data, para até ao final de outubro, concluírem o plano anual. Houve acordo, por unanimidade.

## **2. Identificar potenciais ameaças nos mercados europeu e internacional.**

O Sr. Pedro Melo (*Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores*) referiu que é necessário haver uma boa cadeia de logística e, conseqüentemente, um bom escoamento dos produtos. Melhorar a qualidade do produto para que o mesmo se distinga e tenha mais valor. No sector do comércio, seria essencial, debelar as deficiências nos meios de transporte, por forma a valorizar o pescado.

O Sr. Gualberto Rita indagou o Sr. Pedro Melo da possibilidade de lhe fazer chegar um rascunho com as potenciais ameaças, para depois poderem ser discutidas pelos membros e da necessidade da criação do grupo de trabalho nesta matéria pertinente e transversal a todas as RUP's.

O Sr. Ricardo Rodriguez concordou com a intervenção do Sr. Pedro Melo. Comentou que os dFADs são uma questão fundamental na sobrepesca e que põem em causa os recursos marinhos. O número de autorizações para o uso de dFADS ainda é

muito elevado tendo em conta o estado atual do recurso. Além disso, dever-se-ia propor à União Europeia aumentar as medidas de controlo dos dFADs. Concluiu, disponibilizando-se para participar num grupo de foco informal.

### **3. Tubarões de profundidade**

O Sr. Gonçalo Carvalho começou por referir que na resposta à recomendação nº 12, a CE demonstra-se preocupada com as unidades populacionais das espécies de tubarões de profundidade. Considerou necessário que o ICCAT adote medidas de conservação e gestão, que recuperem e assegurem a conservação destas espécies. O tema foi discutido da reunião do Painel 4 do ICCAT. Há desacordo relativamente à retenção total das capturas a bordo. A Comissão Europeia argumenta que tem dúvidas da validade científica do último parecer do comité científico do ICCAT. O CCRUP poderá comunicar a sua discordância no que respeita o primeiro assunto e, relativamente, ao parecer científico do ICCAT deverá aguardar pelo novo parecer para se concluir se a União Europeia tem razão. Desaconselhou qualquer avanço até à próximas reuniões. Na sua perspetiva, o que o CCRUP defende é sensato tendo em conta o tipo de pescarias que defende.

A Secretária-geral questionou o Sr. Gonçalo Carvalho se, em relação à resposta à Comissão Europeia, este queria formalizar uma resposta ou se se aguardaria pela próxima reunião do ICCAT, bem como por mais dados para voltar a abordar o assunto.

O Sr. Gonçalo Carvalho, comentou que a Comissão Europeia não apresentou argumentos que fizessem o CCRUP mudar a sua posição. Por esse facto, aconselhou a manter, esperar e reforçar a opinião na próxima reunião, onde vários membros de CCRUP estariam presentes. Por último, encorajou a que se aguarde para ver quais as medidas do ICCAT.

Não havendo mais intervenções, nem pedidos de palavra, o Sr. Gualberto Rita deu por terminada a reunião agradecendo a presença de todos e o esforço dos tradutores.